

**PROCESSO** - A.I. Nº 274068.0001/03-9  
**RECORRENTE** - REGINALDO ALVES DA SILVA DE ALAGOINHAS  
**RECORRIDA** - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL  
**RECURSO** - RECURSO VOLUNTÁRIO – Acórdão 2ª JJF nº 0167-02/03  
**ORIGEM** - INFAZ SIMÕES FILHO  
**INTERNET** - 01.08.03

## 1ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

### ACÓRDÃO CJF Nº 0410-11/03

**EMENTA:** ICMS. LIVROS E DOCUMENTOS FISCAIS. **a)** FALTA DE ENTREGA DO FORMULÁRIO DE DOCUMENTOS FISCAIS NÃO UTILIZADOS. **b)** DMA. DECLARAÇÃO INCORRETA DE DADOS. Infrações caracterizadas. Indeferido o pleito do recorrente para que as multas por descumprimento de obrigações acessórias fossem reduzidas ou canceladas. Recurso **NÃO PROVIDO**. Decisão unânime.

## RELATÓRIO

Trata-se de Recurso Voluntário interposto pelo autuado contra a Decisão da 2ª JJF, que julgou o Auto de Infração Procedente em Parte – Acórdão JJF n.º 0167-02/03 – insurgindo-se, somente, contra os itens 7 e 9, que tratam das seguintes irregularidades:

- 1) Deixou de entregar o formulário de Documentos Fiscais não utilizados referente aos talões de 002 a 150 da AIFD nº 08.22.0001491988, sujeitando-se a multa no valor de R\$40,00.
- 2) Declarou incorretamente dados nas informações econômico-fiscais apresentadas através da DMA – Declaração e Apuração Mensal do ICMS, relativa ao mês de junho de 2000, conforme documentos às fls. 52 a 55.

Disse o recorrente:

*“Interponhe Recurso neste instrumento, baseado nos Artigos 158 e 159 – inciso IV do § 1º, do Regulamento de Processo Administrativo Fiscal aprovado pelo Decreto n.º 7629/99, conforme apelo pela equidade por motivo fortuito ocorrido.*

*Sendo assim, o autuado insiste numa revisão e reconsideração dos fatos descritos na sua DEFESA a que diz respeito aos referidos itens, através do encaminhamento deste RECURSO.*

*Termos em que*

*Espera justiça fiscal.”*

A representante da PGE/PROFIS, na sua manifestação, observou que os argumentos sustentados pelo recorrente são vazios de fundamento, pois apenas requer a revisão e reconsideração do julgado, mas que, na verdade, o julgamento da 1ª Instância analisou pormenorizadamente todas as alegações defensivas rebatendo-as uma a uma, validando assim o procedimento fiscal, e o recorrente não trouxe nenhum fato novo ou fundamento de direito que não tenham sido apreciados pelo Julgamento recorrido.

Opinou pelo Improvimento do Recurso Voluntário.

## VOTO

Os itens sob Recurso Voluntário do presente Auto de Infração tratam da exigência de multa por descumprimento de obrigação acessória, que o recorrente pretende que sejam dispensadas ou reduzidas, conforme prevêm os art. 158 e 159, § 1º, IV, do RPAF/99.

De pronto, informo que o art. 159, § 1º, IV do RPAF/99 não lhe socorre, pois se refere a requerimento de dispensa ou redução de multa por infração de obrigação principal, o que não é o presente caso.

Quanto à faculdade concedida pelo art. 158, do RPAF, às Juntas de Julgamento Fiscal e às Câmaras do CONSEF para reduzir ou cancelar as multas por descumprimento de obrigações acessórias, desde que fique provado que as infrações tenham sido praticadas sem dolo, fraude ou simulação e que não tenham implicado falta de recolhimento de tributo, considerando que este poder é discricionário, o meu pensamento sempre foi que, tendo em vista o cunho educativo das multas específicas que visam o cumprimento das obrigações acessórias por contribuinte do ICMS deste Estado, estas não devem ser suscetíveis de redução ou cancelamento.

Indefiro, então, o pleito do recorrente.

Pelo que expus, concluo que a Decisão recorrida está perfeita, e o meu voto é pelo NÃO PROVIMENTO do Recurso Voluntário, para homologá-la.

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO PROVER** o Recurso Voluntário apresentado e homologar a Decisão Recorrida, que julgou **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº 274068.0001/03-9, lavrado contra **REGINALDO ALVES DA SILVA DE ALAGOINHAS**, devendo ser intimado o recorrente para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$49,01**, sendo R\$46,56, atualizado monetariamente, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, VII, “a”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos moratórios, mais R\$2,45, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, II, “a”, da Lei nº 7.014/96, e demais acréscimos legais, além das multas no valor de **R\$485,79**, sendo R\$45,79, atualizado monetariamente, prevista no art. 42, IX, da Lei n 7.014/96, e R\$440,00, prevista no art. 42,XV, “d” e XXII, da Lei nº 7.014/96, alterada pela Lei nº 7.753/00, bem como a multa de **3 UPFs-BA**, prevista no art. 42, XVIII, “c”, da Lei nº 7.014/96.

Sala das Sessões do CONSEF, 24 de julho de 2003.

ANTONIO FERREIRA DE FREITAS - PRESIDENTE

CIRO ROBERTO SEIFERT – RELATOR

MARIA JOSÉ RAMOS COELHO LINS DE ALBUQUERQUE SENTO SÉ - REPR. DA PGE/PROFIS